

EDITORIAL

Maria de Lourdes Lima dos Santos

O Observatório das Actividades Culturais vai completar 3 anos de existência no último trimestre de 1999 – um período que, sendo curto, já permite, no entanto, alguma reflexão sobre o seu funcionamento.

Antes de traçar aqui duas ou três linhas para essa reflexão, será útil recordar, sucintamente, os objectivos do Observatório e enumerar, de forma necessariamente muito sumária, os projectos de investigação existentes até à data, indicando o respectivo desenvolvimento e os respectivos meios de difusão dos seus produtos.

Quanto aos objectivos, o Observatório propõe-se, de acordo com os seus estatutos, "a produção e a difusão de conhecimentos que possibilitem, de uma forma sistemática e regular, dar conta das transformações no domínio das actividades culturais" (cap. I, art, 2º dos Estatutos da Associação Observatório das Actividades Culturais; esta Associação tem como Sócios Fundadores o Estado, através do Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística).

Quanto aos projectos, destacam-se:

a. **Projectos concluídos** – 1. *Dez Anos de Mecenato em Portugal* – apresentado no Centro Cultural de Belém, Lisboa, Julho de 98 no Encontro "Porquê investir na Cultura?"; publicado no nº 1 da Colecção OBS-Pesquisas; 2. *Avaliação das Políticas Culturais Nacionais (1985/95)* – apresentado no Conselho da Europa, Estrasburgo, Outubro de 98 e no CCB, Lisboa, Novembro de 98; publicado no nº 3 da Colecção OBS-Pesquisas. No nº 2 da mesma Colecção publicou-se um levantamento sobre *As Bibliotecas em Portugal*, resultado de uma análise sectorial a partir de elementos para a avaliação referida; 3. *Impactos culturais da Expo'98* – Relatório pronto para publicação; 4. *Sobre a Leitura (1ª fase)* – apresentado no CCB, Lisboa, Maio de 99, na Biblioteca Pública de Beja, na Faculdade de Letras do Porto e na Biblioteca Municipal de Coimbra, Junho de 99; publicação conjunta IPLB e Observatório das Actividades Culturais (4 volumes).

b. **Projectos em curso** – 1. *Sobre a Leitura (2ª fase)*; 2. *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*; 3. *Inquérito aos Públicos do Teatro Nacional de S. João*; 4. *Inquérito aos Públicos do*

Festival de Almada; 5. Inquérito aos museus e pólos museológicos em Portugal; 6. O exercício da actividade artística entre os jovens criadores; 7. Mulheres nas artes e nas profissões mediáticas; 8. Estatísticas nacionais da cultura – seu desenvolvimento e modernização; 9. Inquérito às Galerias de Arte de Lisboa, etc.

Conforme os propósitos iniciais (ver Editorial, OBS nº 1), o desenvolvimento dos projectos tem sido acompanhado por dois meios de difusão: 1. sessões públicas (mesas redondas, apresentação de resultados, lançamento de estudos) em Lisboa e outros pontos do país; 2. publicações (livros – *Colecção OBS-Pesquisas* e uma publicação periódica - OBS, estando prevista para breve uma *Folha-OBS*).

Entre as entidades com que o Observatório tem estabelecido protocolos de investigação, contam-se:

- da orgânica do Ministério da Cultura – Gabinete de Relações Internacionais, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Instituto Português das Artes do Espectáculo, Teatro Nacional de S. João e Instituto Português dos Museus;
- exteriores ao Ministério – INE, Instituto da Juventude através do ICS, Parque Expo'98/Parque das Nações, Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa, Comissão para a Igualdade das Mulheres e Câmara Municipal de Lisboa;
- internacionais – Conselho de Cooperação do Conselho da Europa e Ericarts.

Feita esta rápida resenha, passa-se a algumas considerações sobre a natureza e modo de funcionamento do Observatório, na presunção que elas possam suscitar uma reflexão sobre um tipo de organismos que, recentemente, começaram a surgir e que, para lá das diferenças que apresentam entre si, têm como característica comum funcionarem em termos de parceria com a administração pública.

No caso do Observatório, as palavras do grupo de peritos do Conselho da Europa, que fizeram a avaliação do nosso Relatório sobre as Políticas Culturais em Portugal, podem, porque isentas e alheias, ajudar a entender o papel do dito Observatório: "La constitution d'un outil de connaissance sur la politique culturelle est une opportunité indispensable qu'il convient non seulement de maintenir mais surtout de renforcer en systématisant les procédures d'évaluation et en les dotant de moyens spécifiques. A ce titre l'*Observatório das Actividades Culturais* est un instrument de tout premier intérêt que doit être considéré comme un cadre d'aide à la décision gouvernementale, dans le respect de son indépendance scientifique seule garante de sa crédibilité." (Rapport par Jean Pétaux, CC-Cult(98)17B, Strasbourg, le 27 août, 1998, p. 55).

A partir daqui, podem delinear-se algumas das lógicas a ter em consideração quanto ao funcionamento deste tipo de organismo, identificando simultaneamente algumas das condições e exigências nelas implicadas. É, no entanto, indispensável uma advertência prévia quanto à necessidade de ter em conta que determinados aspectos relevarão das características gerais de uma estrutura correspondendo ao tipo de organismo em causa e outros relevarão de particulares

características do Observatório. Assim, faz-se notar que, neste caso concreto, quer as relações inter-institucionais, quer as relações no interior do Observatório, vêm sendo configuradas por factores de ordem específica, nomeadamente os que correspondem ao comportamento do Ministro da Cultura face ao Observatório – reconhecimento claro da necessária independência científica deste organismo – e ao comportamento da actual equipa de investigadores que trabalha nos projectos – grande envolvimento na pesquisa e disponibilidade para aprender a estar neste tipo de organismo. No mesmo sentido, não é de deixar sem referência o comportamento solidário do conjunto dos sócios fundadores, empenhados em criar boas condições para o funcionamento da instituição.

Uma primeira consideração a ter em conta quanto a este tipo de organismo refere-se à sua **posição de exterioridade** relativamente à administração pública e à estrutura orgânica ministerial. Mas esta lógica de exterioridade combina-se com uma lógica de **protagonismo colaborativo** (o que não deverá significar, obviamente, protagonismo caucionador). A relação entre as duas lógicas desta forma de parceria implica questões várias. Há, por exemplo, a questão da **diferenciação entre competências e entre objectivos** para as partes envolvidas (MC por um lado, OAC por outro, no presente caso). Essa diferenciação arrasta, por sua vez, questões como a da especificidade dos respectivos **discursos** produzidos e das respectivas **temporalidades** exigidas.

O facto do MC solicitar informação exterior aos seus serviços corresponde, naturalmente, à vontade de contar com outras competências (de pesquisa científica) para lá das internas à sua orgânica. Logo, os produtos do trabalho levado a cabo exteriormente terão de ser obrigatoriamente informados por conhecimentos teóricos, metodológicos e epistemológicos específicos (na área da Sociologia da Cultura para o caso deste Observatório). Ao mesmo tempo, a elaboração dos projectos de investigação, donde resultará o material de apoio para eventuais decisões políticas, obedece a períodos de execução que não coincidem necessariamente com os tempos políticos nem com as pressões mediáticas.

Uma e outras das questões – a das competências e a das temporalidades – solicitam um aprendizado recíproco, um reconhecimento mútuo das específicas exigências de cada um dos parceiros envolvidos. Julga-se ter vindo a avançar no sentido desse reconhecimento mútuo, o que, por parte do Observatório, tem passado fundamentalmente por três condições: 1. aprender a fazer Relatórios de pesquisa que, não prescindindo do rigor de uma investigação universitária com credibilidade, possam ser utilizados por quem não é da especialidade; 2. terminar os projectos dentro dos prazos previstos mas fazendo questão de cumprir o calendário exigido por cada processo de pesquisa; donde se deduz a condição 3. resistir à tentação da facilidade e da pressa.

Por parte da orgânica ministerial têm-se desenvolvido esforços no sentido de corresponder a estas condições. Deste modo, julga-se que, ao longo da existência do Observatório, se vem afirmando a possibilidade de um intercâmbio equilibrado entre a investigação e a decisão.

Falta avaliar até que ponto os resultados dos trabalhos encomendados têm sido utilizados no traçar das estratégias de política cultural.

A terminar, uma questão de índole diferente – a da gestão do risco profissional com que a maioria dos jovens colaboradores de um organismo deste tipo necessariamente se confronta (o que, de resto, também acontece em centros de investigação com pessoal de quadro mas muito restrito). Acresce que a gestão daquele risco tem de ser conjugada com as já referidas exigências de empenhamento e de aprendizado – compatibilização do rigor científico com um novo discurso que se procura preciso e liberto de retóricas académicas e de incessantes referências eruditas que tão frequentemente sobrecarrega sem proveito a produção universitária.

Com cerca de uma dúzia e meia de recém-licenciados e de mestres em sociologia de várias universidades a que se juntam também alguns doutorados, colaboradores eventuais do Observatório, temos vindo a aprender a trabalhar neste novo tipo de organismo, num desafio que esperamos possa ter sido e continue a ser de utilidade pessoal para todos os que nele estão envolvidos e de utilidade institucional para ambos os parceiros.